



CÂMARA DOS DEPUTADOS

(DO SR. CARLOS CARDINAL)

ASSUNTO:

Assegura ao empregado doméstico o direito ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.

DESPACHO: APENSE-SE AO PL Nº 21/91

AO ARQUIVO

em 08 de abril de 1991

DISTRIBUIÇÃO

Ao Sr. _____, em _____ 19____
O Presidente da Comissão de _____
Ao Sr. _____, em _____ 19____
O Presidente da Comissão de _____
Ao Sr. _____, em _____ 19____
O Presidente da Comissão de _____
Ao Sr. _____, em _____ 19____
O Presidente da Comissão de _____
Ao Sr. _____, em _____ 19____
O Presidente da Comissão de _____
Ao Sr. _____, em _____ 19____
O Presidente da Comissão de _____
Ao Sr. _____, em _____ 19____
O Presidente da Comissão de _____
Ao Sr. _____, em _____ 19____
O Presidente da Comissão de _____
Ao Sr. _____, em _____ 19____
O Presidente da Comissão de _____
Ao Sr. _____, em _____ 19____
O Presidente da Comissão de _____

350
DE 19
91
PROJETO N.º

CÂMARA DOS DEPUTADOS
PROJETO DE LEI Nº 350, DE 1991

(DO SR. CARLOS CARDINAL)

Assegura ao empregado doméstico o direito ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.

(APENSE-SE AO PROJETO DE LEI Nº 021, DE 1991).





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Apense-se ao PL. 021/91

Em 14 / 03 / 91

Presidente.

PROJETO DE LEI Nº — 350 —, DE 1991

Assegura ao empregado doméstico
o direito ao Fundo de Garantia'
do Tempo de Serviço.

DO DEPUTADO CARLOS CARDINAL

O CONGRESSO NACIONAL Decreta:

Art. 1º - É assegurado aos empregados domésticos, assim conceituados'
na forma da Lei nº 5.859, de 11 de dezembro de 1972, o di-
reito ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, instituído pela Lei
nº 5.107, de 13 de setembro de 1966.

Art. 2º - Para os fins previstos no artigo anterior, os empregadores'
depositarão, até o dia 30 (trinta) de cada mês, em conta '
bancária vinculada, importância correspondente a 8% (oito por cento)
sobre o valor do salário mínimo, a partir do mês subsequente ao iní-
cio do contrato de trabalho, e até o dia 30 (trinta) do mês seguinte'
ao da rescisão do contrato.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor 90 (noventa) dias após a sua publica-
ção.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.



J U S T I F I C A Ç Ã O

Além da Lei nº 5.859, de 11 de dezembro de 1972, a Constituição de 1988 assegurou vários direitos trabalhistas aos empregados domésticos.

Entretanto, inexplicavelmente, dentre esses não figurou o direito ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, que é garantido a todos os demais trabalhadores das várias categorias profissionais.

A omissão, a nosso ver, configura indesculpável discriminação contra os trabalhadores domésticos, que procuramos corrigir através desta proposição.

Esperamos, destarte, que a iniciativa venha a merecer acolhimento.

Sala das Sessões, em 14 de Março de 1991.


Deputado CARLOS CARDINAL



CÂMARA DOS DEPUTADOS

**LEGISLAÇÃO CITADA, ANEXADA PELA COORDENAÇÃO
DAS COMISSÕES PERMANENTES**



LEI N.º 5.859 — DE 11 DE DEZEMBRO DE 1972

DISPÕE SOBRE A PROFISSÃO DE EMPREGADO DOMÉSTICO E DÁ
OUTRAS PROVIDÊNCIAS (1)

Art. 1.º — Ao empregado doméstico, assim considerado aquele que presta serviços de natureza contínua e de finalidade não lucrativa à pessoa ou à família, no âmbito residencial destas, aplica-se o disposto nesta lei.

PROPOSIÇÃO : PL. 0350 / 91
AUTOR : CARLOS CARDINAL - PDT/RS

DATA APRES.: 14/03/91

Assegura ao empregado domestico o direito ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.

Despacho :
Apense-se ao PL. 021/91.

SGM/Edilson.